

26/12/2005 - 21h00

2005, o ano que não terminou



Lula não se lembrará com carinho de 2005

Em 2005 o Brasil enfrentou a mais grave crise política dos últimos anos. Roberto Jefferson cunhou o termo "mensalão" e acabou cassado. José Dirceu passou de homem forte do governo a deputado, e de lá a cidadão sem direitos políticos. A popularidade do presidente teve forte queda. Isso sem contar o referendo sobre o comércio de armas, a ascensão e queda de Severino Cavalcanti e a prisão de Paulo Maluf.

Rodrigo Flores
Editor de Últimas Notícias

Manhã do dia 6 de junho. A "Folha de S.Paulo" publica [entrevista](#) com o deputado Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB, um dos partidos da base aliada do governo. Assim, com dia marcado, começou a pior crise política da história recente do país.

Com seu nome envolvido em denúncias, Jefferson revelou a existência de um esquema corrupção no Congresso Nacional ([ouça trechos da entrevista](#)). Segundo ele, o PT pagava mesada de R\$ 30 mil a deputados da base aliada, em uma estrutura criminosa coordenada por José Dirceu e Delúbio Soares. Entrava em cena o "mensalão".

Seis dias depois, Jefferson volta às páginas da "Folha" e afirma que o dinheiro do suposto "mensalão" era encaminhado por um operador chamado Marcos Valério de Souza, empresário de publicidade em Belo Horizonte. A verba viria de estatais e empresas privadas. Valério deixava o anonimato e surgia como protagonista do "mensalão". O cenário da crise política estava instalado.

Por que Jefferson falou?

O fato que deflagrou a crise é anterior às entrevistas de Roberto Jefferson à "Folha". Em 14 de maio, o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, é [flagrado recebendo propina](#) de empresários interessados em participar de licitação na estatal. Segundo Marinho, Jefferson comandaria o esquema.

A oposição começou a se mexer para instaurar uma CPI. O governo, que tinha sido bem-sucedido na "operação abafa" para investigar o caso Waldomiro Diniz, abriu os cofres e liberou R\$ 12 milhões em verbas. Esforço em vão. O Congresso resistiu e criou a [CPI Mista dos Correios](#) no final de maio.

A situação de Roberto Jefferson ficou mais complicada quando, no começo de junho, o site da revista "Veja" divulga [gravação](#) em que Lídio Duarte, ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), afirma que o presidente do PTB cobrava propina por tê-lo indicado à presidência da estatal.

Acuado, Jefferson falou.

Inferno astral do PT

Diante de tantas denúncias, a oposição não demorou a agir, e o Conselho de Ética da Câmara convocou Jefferson para depor. Ele [reafirmou as denúncias](#) sobre o "mensalão", mas disse não ter provas. No mesmo dia, Fernanda Karina Sommaggio, secretária de Valério, garante que o empresário costumava viajar com malas dentro das quais acreditava haver dinheiro.

A crise ganhava força e, em 16 de junho, faz a sua primeira --e poderosa-- vítima. Dizendo não ter vergonha do que fez, José Dirceu [deixa a Casa Civil](#) e retorna ao mandato de deputado federal. Lula perdia seu principal articulador político no momento em que o país era tomado por uma onda de denúncias.

Julho chegava. À medida em que oposição cria as CPIs do Mensalão e dos Bingos, a cúpula do PT prepara-se para atravessar seu pior inferno astral.

Reportagem de "Veja" revelou o elo que faltava entre Marcos Valério e a cúpula petista. Segundo a revista, o empréstimo de R\$ 2,4 milhões foi tomado no BMG de Belo

Horizonte. Em sua defesa, José Genoíno afirmou ter assinado o papel sem ler. Dias depois, afasta-se da presidência do partido.

Delúbio Soares, um dos nomes mais freqüentes nas denúncias, abre mão do cargo de tesoureiro do PT.

José Adalberto Vieira, assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), que, por sua vez, é irmão de José Genoíno, é preso no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, tentando embarcar com R\$ 200 mil na mala e US\$ 100 mil na cueca. Ele diz que o dinheiro veio da venda de verduras no Ceagesp.

Silvio Pereira, secretário-geral do PT, admite ter recebido um Land Rover de presente da empresa GDK, que tem contratos com a Petrobras. Pereira deixa o partido, mas nega favorecimento para a GDK.

Caixa 2, renúncias e cassações

Em entrevista ao Jornal Nacional, Marcos Valério admitiu ter emprestado dinheiro para as campanhas eleitorais do PT. Delúbio confirma a versão, e em 20 de julho, admite que fazia caixa 2. Ou melhor dizendo, recursos não-contabilizados, como preferem os petistas.

Dias depois, denúncias comprovam que Eduardo Azeredo, presidente do PSDB, usou caixa 2 nas eleições de 2001.

A crise se intensifica. "O senhor desperta em mim os instintos mais primitivos", diz Jefferson a Dirceu no Conselho de Ética. "Fui traído", afirma Lula em rede nacional de rádio e televisão. O presidente pede desculpas, mas não diz o que foi feito de errado. Diz que foi traído, mas não fala por quem.

As denúncias não páram, e o Brasil clama por punição.

Presidente nacional do PL e deputado federal por São Paulo, Valdemar Costa Neto é o primeiro a renunciar por conta do esquema do "mensalão". Com a renúncia, ele escapou do processo de cassação e preservou os seus direitos políticos

Em 12 de setembro, Carlos Rodrigues (PL-RJ) segue pelo mesmo caminho e abre mão de seu mandato. Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR) renunciam em 17 de outubro. Se quiserem, todos podem ser candidatos nas eleições de 2006.

Pesos-pesados

Inimigos políticos e protagonistas no escândalo do "mensalão", Jefferson e Dirceu tiveram destinos parecidos durante votação nos respectivos processos de votação no plenário da Câmara.

No dia 14 de setembro, exatos cento e dois dias após deflagrar a maior crise política do governo Lula, o deputado Jefferson foi cassado por 313 votos contra 156.

Em seu discurso de defesa, Jefferson disse que Lula foi "omisso" e relapso ao delegar funções que, segundo o petebista, foram usadas por auxiliares para promover "o mais escandaloso processo de aluguel de mandatos" da história do Congresso.

Já era dezembro quando chegou a vez de Dirceu encarar o plenário da Câmara. Por 293 votos a 192, Dirceu tem mandato cassado e perde direitos políticos por 10 anos.

Nos 41 minutos do seu discurso de defesa, Dirceu voltou a negar sua culpa no caso do "mensalão". "Digo e repito, não como bravata, mas como compromisso de vida, que qualquer que seja o resultado que essa Casa decida, eu vou continuar lutando para provar a minha inocência", afirmou, seguido de aplausos de muitos parlamentares. "Essa Casa está me julgando, mas também está se colocando em julgamento". E concluiu. "Eu não sou réu confesso. Cometi muitos erros políticos e estou pagando por eles. Mas tenho as mãos limpas".

Até tu, Palocci

Em 16 de agosto a crise chegou a Antonio Palocci, o todo-poderoso da economia brasileira e principal homem de confiança do presidente ainda no governo.

Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci durante sua prefeitura em Ribeirão Preto, acusou-o de receber mesada de R\$ 50 mil entre 2001 e 2002 de empreiteira no interior de São Paulo. O dinheiro ia para o PT.

Palocci apressou-se em negar as acusações. Reuniu uma entrevista coletiva e desmentiu Buratti. Contudo, a imagem do ministro já estava arranhada.

Enfraquecido, Palocci, que sempre foi preservado pela oposição, começou a ser alvo de ataques de representantes do próprio governo. À medida em que o supertávit primário batia recordes, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, não poupava críticas à política econômica. Lula mantinha-se à distância. Amigos diziam que Palocci não queria mais seguir no governo. Jornalistas davam como certa a troca do Ministério por Aloizio Mercadante, eterno candidato à pasta. O fato é que Palocci sobreviveu às crises e críticas e, pelo menos até janeiro, é nome certo no governo.

Crise em 2006

O final do ano esfriou a onda de denúncias.

Sem fatos novos, a imprensa reduziu o espaço dedicado à cobertura do "mensalão". O Congresso diminuiu suas atividades, preparando-se para o recesso que não houve. E as CPIs esgotaram os depoimentos mais importantes.

Até a CPI do Mensalão, criada exclusivamente para investigar o esquema de pagamento de parlamentares denunciado por Roberto Jefferson, acabou sem atingir seus objetivos. Sem número suficiente de assinaturas para conseguir a sua prorrogação, a Comissão encerrou seus trabalhos sem votar o texto final do relator Ibrahim Abi-Ackel.

O que fica para 2006 são os efeitos eleitorais da crise. Lula, candidato velado à reeleição, teve sensível perda de popularidade com o episódio. Segundo [pesquisa CNT/Sensus](#) divulgada em abril, o presidente tinha 60,1% de aprovação pessoal. Em julho esse número caiu para 59,9%, em setembro para 50% e em novembro atingiu 46,7%. A mesma pesquisa aponta vitória de José Serra em um eventual segundo turno em 2006.

O que também foi notícia em 2005

Morte e vida Severina

Desde o começo, 2005 prometia ser um ano de dificuldades para o governo Lula. Após dois anos, chegava ao fim em fevereiro a presidência de João Paulo Cunha (PT-SP) na Câmara dos Deputados. Sendo a maior bancada e o partido do governo, o PT não tinha como perder.

Mas perdeu.

Seu candidato, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), foi derrotado pelo pouco conhecido Severino Cavalcanti (PP-PE), por 300 votos a 195 no segundo turno do pleito, após mais de [12 horas de sessão](#).

A derrota do governo foi inédita na história recente do país. Inédita e surpreendente, uma vez que, até o momento da votação, acreditava-se que o principal rival de Greenhalgh era o petista dissidente Virgílio Guimarães (MG), que nem ao segundo turno foi.

Auto-proclamado "rei do baixo clero", por sua atuação discreta e fisiológica no Congresso, Severino durou pouco mais de sete meses à frente da Câmara dos Deputados. Nesse período, defendeu propostas controvertidas -- a mais polêmica delas foi o aumento salarial aos funcionários da Câmara dos Deputados.

No dia 21 de setembro, ele renunciou ao mandato. ([leia íntegra do discurso](#))

Em seu discurso de despedida, acusou a "elite que não quer largar o osso" de ser a responsável por sua renúncia. Disse também que "empobreceu com a política". E arrematou: "O povo me absolverá".

A saída de Severino consumou-se após 19 dias de intensa pressão, resultado da acusação de receber propina em 2002 e 2003 em troca de garantir a um empresário a exploração de restaurantes na Câmara -- o chamado "mensalinho".

Com a cadeira da presidência vazia, nova eleição foi convocada. Em votação apertada, Aldo Rebelo (PCdoB-SP) derrota José Thomaz Nonô (PFL-AL) no segundo turno e devolve o controle da Câmara ao governo.

Severino promete voltar em 2006.

Maluf, quem diria, é preso

Madrugada de 10 de setembro. Abatido, acompanhado por advogados e seguranças em um Santana preto, Paulo Maluf apresentou-se na [sede da Polícia Federal](#) atendendo a um pedido de prisão preventiva. Um dos mais conhecidos e controvertidos representantes da tradicional classe política brasileira, Maluf enfrentava um dos mais duros golpes em décadas de vida pública.

Prefeito, governador e deputado federal por São Paulo, Maluf passou aquela noite e mais 39 dias detido na carceragem da PF. As acusações não são poucas: lavagem de dinheiro, evasão de divisas, corrupção passiva e formação de quadrilha. Se condenado, ele pode ficar até oito anos preso.

Maluf e seu filho Flávio tiveram a prisão preventiva decretada pela juíza da 2ª Vara Federal de São Paulo, Sílvia Maria Rocha, que entendeu que, em liberdade, os Maluf poderiam atrapalhar o período de instrução penal, quando são ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa.

Paulo e Flávio Maluf dificilmente seriam presos caso não houvessem sido flagrados em escutas telefônicas tentando impedir o depoimento do doleiro Vivaldo Alves, conhecido como Birigüi, à Polícia Federal.

Após ter diversos recursos negados, Maluf conseguiu habeas corpus no STF e foi solto no dia 20 de outubro. Em liberdade, viajou para Campos do Jordão, tomou cerveja e comeu pastéis. Os processos contra ele continuam.

O dia em que o Bbrasil disse "não"

Mais de cem milhões de brasileiros foram convocados para decidir se o comércio de armas de fogo e munição deveria ser proibido no Brasil. O referendo trouxe à pauta do dia questões como violência, autodefesa e segurança pública.

Muitas dúvidas, poucas respostas e uma enorme dose de polêmica marcaram a campanha das frentes do "sim" e do "não". De um lado, ONGs e grupos humanitários apostavam em celebridades. De outro, a frente parlamentar pela manutenção da atual legislação investia em mostrar o impacto negativo do fim do comércio de armas de fogo.

Mais efetiva, a campanha do "não" reverteu uma situação amplamente desfavorável. Segundo pesquisa Datafolha, em agosto, 80% dos entrevistados apoiavam a proibição. Na pesquisa divulgada às vésperas do referendo, o voto "não" já contava com 57%, estimativa superada pelo resultado final.

No dia 23 de outubro, a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil foi rejeitada por quase dois terços dos eleitores.

O "não" venceu em todos os Estados, com destaque para Rio Grande do Sul, Acre e Roraima, onde a opção recebeu cerca de 87% dos votos. O melhor desempenho do "sim" foi em Pernambuco e no Ceará, com pouco mais de 45% dos votos.

  

UOL Busca - Veja o que já foi publicado com a(s) palavra(s)

- [Petrobras](#)
- [Exportações](#)
- [Abu Ghraib](#)
- [Marcos Valério](#)
- [Mensalão](#)